

RETRATO DAS AGROINDÚSTRIAS E DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE APOIO À AGROINDÚSTRIA FAMILIAR NO BRASIL

**André Marcelo Pereira
Freitas¹**

ORCID: [0000-0001-6441-0111](https://orcid.org/0000-0001-6441-0111)

Graciella Corcioli²

ORCID: [0000-0002-3375-0700](https://orcid.org/0000-0002-3375-0700)

Fabiana Thomé da Cruz³

ORCID: [0000-0001-8697-7362](https://orcid.org/0000-0001-8697-7362)

¹ Mestre em Agronegócios
Universidade Federal de Goiás
(UFG)

andremarcelo@discente.ufg.br

² Doutora em Agronomia
Universidade Federal de Goiás
(UFG)

graciellacorcioli@ufg.br

³ Pós-Doutora em Desenvolvimento
Rural
Universidade Federal de Goiás
(UFG)

fabianathome@ufg.br

RESUMO

O artigo evidencia o retrato da agroindústria rural no Brasil, cujo estudo é enriquecido por elementos que caracterizam a dinâmica das agroindústrias familiares, valendo-se dos principais autores que se dedicam à temática e de dados do Censo Agropecuário de 2017. Adicionalmente, abordou-se os programas governamentais de apoio a agroindústrias familiares e o desempenho do Pronaf Agroindústria entre 2013 e 2021. Os principais achados do estudo residem nas informações que demonstraram a estabilidade do percentual de estabelecimentos rurais com agroindústria rural, em comparação com os Censos Agropecuários de 2006 e 2017, situando-se em 17% os estabelecimentos com agroindústria rural no Brasil, aliado ao fato de que 82% dos estabelecimentos com agroindústrias familiares (3.189.090 estabelecimentos) não receberam orientação técnica. Além disso, revelou-se a concentração de 90,3% dos valores contratados do Pronaf Agroindústria na região Sul do Brasil. O estudo concluiu que há a necessidade de buscar alternativas para o aprimoramento de políticas governamentais em prol do apoio e da expansão das agroindústrias familiares, de forma a democratizar a aplicação dos recursos dos programas governamentais para as regiões menos favorecidas do Brasil.

Palavras-chave: Agroindústrias; Pronaf Agroindústria; Agroindústrias Familiares; Programas Governamentais

ABSTRACT

The article highlights the portrait of rural agroindustry in Brazil, whose study was enriched by elements that characterize the dynamics of family agro-industries, using the principal authors who are dedicated to the subject and data from the 2017 Agricultural Census. Additionally, the government programs to support family agro-industries and the performance of Pronaf Agroindustria between 2013 and 2021 are discussed. The main findings of the study reside in the information that demonstrates the stability of the percentage of rural establishments with rural agro-industry in comparison with the agricultural censuses of 2006 and 2017, standing 17% of establishments with rural agro-industry in Brazil, together with the fact that 82% of establishments with family agro-industries (3,189,090 establishments) did not receive technical guidance. Furthermore, it reveals that concentration of 90.3% of the contracted values of Pronaf Agroindustria in the southern region of Brazil. The study concludes by highlighting the need to seek alternatives to improve government policies in support and expansion of family agro-industries so to democratize the application of resources from government programs for the less favored regions of Brazil.

Keywords: Agro-industries; Pronaf Agroindustry; Family Agroindustries; Government Programs

Código JEL: Q13; H81; Z18; Q18; L38; O14

Recebido em: 27/03/2022

Aceito em: 21/12/2022

INTRODUÇÃO

Segundo estudo de Lowder, Sánchez e Bertini (2021), existem mais de 608 milhões de explorações agrícolas no mundo, das quais cerca de 550 milhões podem ser consideradas explorações familiares, o que representa mais de 90% do total. Ainda segundo o estudo, a agricultura familiar produz cerca de 80% dos alimentos no mundo, considerando o valor da produção e a participação dos agricultores familiares nos países pesquisados (amostra de 53 países).

No contexto brasileiro, em 2020, o agronegócio teve participação de 26,6% no PIB nacional e 48% nas exportações totais do país, conforme informações divulgadas pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA, 2021a, 2021b). Ainda segundo o CEPEA (2021a), as agroindústrias representaram 24,2% do PIB do agronegócio em 2020, em que pese ter sido o segmento mais afetado pelas medidas relacionadas à Covid-19, com forte queda na produção nos meses que sucederam à pandemia, mas apresentou recuperação ao longo do ano, notadamente as agroindústrias de base pecuária, como as atividades de abate, preparação de carne, pescado e de laticínio.

A agroindustrialização oportuniza aos produtores rurais a geração de trabalho e renda, agrega valor à matéria-prima e promove a inclusão social dos agricultores familiares (SILVA, 2012). O desenvolvimento socioeconômico decorrente da agroindustrialização consiste na possibilidade de criação de empregos produtivos e na melhoria da renda, o que pode ser potencializado na medida em que sejam criados mecanismos de integração das pequenas e médias agroindústrias com as grandes agroindústrias que atuam a montante e a jusante nos negócios agropecuários (ADMASIE; BERHANU; ADMASIE, 2016). Além disso, amplia-se a possibilidade de participação de membros da família no processo produtivo, inclusive de mulheres e jovens, considerando que boa parte das agroindústrias são formadas por agricultores familiares.

As mulheres e os jovens participam efetivamente de várias etapas do processo produtivo, com destaque especial para a transformação artesanal dos produtos alimentícios, como laticínios, panificados, doces, conservas, entre outros, que agregam valor aos produtos da agricultura familiar. A participação das mulheres nas agroindústrias mostra-se relevante em razão da necessidade de assegurar o direito as mulheres aos processos produtivos, o que permite promover a igualdade de gênero no mercado de trabalho, considerando que as mulheres são excluídas do mercado de trabalho formal, concentrando-se no mercado informal, conforme o estudo de Admassie, Berhanu e Admasie (2016) sobre a dinâmica na criação de empregos produtivos nas agroindústrias na Etiópia.

Sob o prisma econômico, sublinha-se que as agroindústrias familiares e o artesanato impactam positivamente na geração de renda das mulheres no Brasil, o que contribui na economia familiar e na independência financeira das mulheres (FANTINELI, 2021).

Além disso, destaca-se que as agroindústrias familiares repercutem favoravelmente na permanência dos jovens no campo, evitando-se sua migração do meio rural, considerando que as agroindústrias familiares absorvem a mão-de-obra familiar e contribuem para a sucessão familiar (QUADROS, 2012).

A diferenciação dos produtos da agricultura familiar possibilita ganho competitivo e agrega valor em prol do desenvolvimento econômico das agroindústrias familiares rurais, influenciado pelos aspectos relacionados à reprodução familiar como a artesanidade, tradição, saber-fazer e equidade social, cujo ganho permite valor agregado aos estabelecimentos rurais (WAQUIL et al., 2013).

No entanto, os custos elevados de conformidade e os requisitos rígidos para atender os padrões privados de qualidade e segurança dos alimentos têm criado barreiras de entrada para as pequenas agroindústrias nas cadeias agroalimentares globais em razão de restrições de conhecimento e de capital (OUMA, 2010). Sob outra perspectiva, as pequenas agroindústrias organizadas com vínculos firmes com exportadores, por meio de arranjos organizacionais e tecnológicos, possuem acesso ao mercado externo de alto valor, valendo-se da possibilidade de redução dos custos e da transferência de conhecimento (OUMA; WHITFIELD, 2012).

Diante do cenário de transformações no meio rural, mostra-se oportuno trazer luz ao debate sobre as agroindústrias familiares, notadamente quanto à sua capacidade de agregar valor e quanto ao fato de se constituírem como fonte alternativa para os (as) agricultores (as) familiares buscarem vínculos coletivos e apoio organizacional na esfera pública ou privada, para atender as exigências impostas pelos mercados nacional e internacional, de modo a contribuir na melhoria nas condições de vida e na inclusão social de agricultores(as) familiares

O objetivo deste artigo é apresentar os principais elementos que caracterizam a agroindústria rural nos estabelecimentos agropecuários brasileiros considerando a distinção entre agroindústrias familiares e não familiares. Além disso, o artigo busca apontar lacunas e desafios em relação ao acesso às políticas públicas, notadamente ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Agroindústria. Para responder a esses objetivos, a pesquisa vale-se de dados do Censo Agropecuário 2017.

Dessa forma, este artigo é estruturado em três pontos de discussão. Inicialmente, faz-se uma breve revisão da literatura sobre o conceito de agroindústria familiar rural, ao mesmo tempo em que traz elementos que caracterizam a dinâmica das agroindústrias familiares, valendo-se dos principais autores desta temática. No segundo momento, o artigo demonstra o retrato da agroindústria rural no Brasil, valendo-se de dados do Censo Agropecuário 2017, trazendo informações relevantes sobre a representatividade dos estabelecimentos agropecuários com agroindústria no Brasil, considerando inclusive a representatividade por unidade de federação. Soma-se a isso a demonstração dos principais produtos produzidos, a renda gerada pela venda destes produtos e, por fim, os

estabelecimentos agropecuários com agroindústrias familiares na perspectiva da orientação técnica. Na terceira parte do artigo, aborda-se os programas governamentais de apoio às agroindústrias familiares e o desempenho do Pronaf Agroindústria no período de janeiro/2013 a setembro/2021, notadamente sua distribuição territorial em percentual de aplicação e os principais produtos financiados pelo programa. Finaliza-se com as principais conclusões da pesquisa.

BREVE REVISÃO DA LITERATURA SOBRE AS AGROINDÚSTRIAS

De acordo com Mior (2005, p. 191) agroindústria familiar rural “[...] é uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando sobretudo a produção de troca que se realiza na comercialização”.

Para Gazolla (2013), a definição de agroindústria familiar fundamenta-se nos seguintes elementos: a) forma familiar de produção, gestão e trabalho; b) diferenciação de produtos; c) trabalho familiar; d) agregação de valor social e econômico; e) comercialização dos alimentos em mercados locais ou de proximidade. Ainda segundo o autor, o desenvolvimento sustentável das agroindústrias familiares perpassa pela diferenciação dos alimentos, de modo a diversificar a comercialização, mantendo-se a pequena escala de produção e a forma de trabalho familiar, a exemplo das iniciativas voltadas à produção de alimentos artesanais, agroecológicos, produtos ligados às tradições históricas e culturais, entre outros.

Destaca-se que há convergência em determinados pontos nos estudos de Mior (2005) e Gazolla (2013) quanto à definição e dinâmica da agroindústria familiar rural¹, notadamente quanto aos processos artesanais próprio, trabalho familiar, produtos diferenciados em relação à agroindústria tradicional e as preocupações quanto às regulamentações institucionais formais, as quais dificultam a adequação das agroindústrias familiares aos padrões impostos pela legislação.

Em alinhamento com Mior (2005) e Gazolla (2013), Prezotto (2016) discorre que as exigências sanitárias incompatíveis com a produção de pequena escala revelam-se como um dos principais desafios para fortalecer a agroindustrialização nos empreendimentos familiares, em que pese as tentativas de simplificação de procedimentos para registro e agroindustrialização promovida pelas autoridades sanitárias.

Sublinha-se, ainda, na esteira das tentativas de simplificação do arcabouço legal em prol das agroindústrias rurais familiares, a verificação de retrocessos influenciados pela situação política do país conforme destacado por Cruz (2020), a exemplo da publicação da IN 05/2017, que arrefeceu, em

¹ Registra-se que há outros termos que são utilizados para se referir ao processamento de alimentos pela agricultura familiar em agroindústrias, com destaque para: agroindústria caseira, artesanal e/ou colonial e agroindústria rural de pequeno porte (CRUZ, 2020). Em que pese diferentes nomenclaturas, o presente artigo terá como alicerce o conceito de agricultura familiar rural defendido por Mior (2005).

boa parte, os entendimentos para legitimar a heterogeneidade das formas de produção e de processamento de alimentos no Brasil.

Nesse cenário, mostra-se o fortalecimento das grandes agroindústrias com alta especialização e uso de tecnologias em prol da elevação da produtividade na produção de alimentos amplamente comercializados em outros países, o que exclui substancialmente os agricultores (as) que não são capazes de atender às exigências impostas pelo mercado global (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1985; PREZOTTO, 2002; MIOR, 2005).

Ainda segundo Goodman, Sorj e Wilkinson (1985), à medida que a especialização avança, os conhecimentos e as práticas tradicionais são desvalorizados, considerando a forte influência dos capitais agroindustriais apoiados pelo sistema oficial de crédito.

Em contraponto à realidade das grandes agroindústrias, Wilkinson (2003) destaca o potencial competitivo da agricultura familiar alicerçado pelos laços de solidariedade e complementaridade, tendo nas iniciativas de valor agregado a oportunidade de gerar renda, influenciado, entre outros aspectos, pelas tradições da pequena produção, a exemplo das atividades artesanais, produtos naturais e as relações positivas entre a pequena produção, meio ambiente e o rural, análise que está em sintonia com o estudo de Waquil et al. (2013).

Segundo Mior (2005), no que concerne às experiências observadas na construção de agroindústrias familiares rurais na Região Oeste de Santa Catarina, os aspectos negativos no processo de integração influenciaram decisivamente na implantação de agroindústrias pelos agricultores, notadamente quanto à ausência de autonomia na compra dos insumos, comercialização dos produtos e a necessidade de altos investimentos em instalações.

Outro ponto a ser destacado diz respeito ao fato de que as agroindústrias familiares são organizadas em redes de cooperação, de forma a enfrentar os desafios e apoiar os agricultores familiares na produção, industrialização, planejamento, comercialização focada em mercados locais e regionais e na articulação junto aos órgãos governamentais (PREZOTTO, 2002; MIOR, 2005).

A dificuldade de comercialização consiste entre os principais desafios das agroindústrias familiares, razão pela qual a construção de redes de cooperação social e econômica com a participação das entidades públicas e privadas mostra-se relevante. Desse modo, possibilita-se a comercialização dos seus produtos por meio de feiras livres, centros de comercialização, venda direta ao consumidor ou no próprio estabelecimento, valendo-se dos laços sociais de tradição e confiança entre os produtores e consumidores (CARVALHEIRO; WAQUIL, 2010).

De acordo com Prezotto (2002), as agroindústrias familiares dependem, também, do apoio de programas governamentais com foco na assistência técnica em todas as etapas da cadeia produtiva, na gestão do empreendimento, uso de tecnologias e legislação adaptada à realidade da agricultura familiar, estudos de mercado, crédito adequado e acessível.

As agroindústrias familiares revelam-se, portanto, como uma das alternativas capazes de impulsionar a geração de renda diante do cenário de diversificação produtiva, que possibilitam a presença de atividades econômicas não agrícolas, a exemplo do turismo, lazer e prestação de serviços, valendo-se da agregação de valor às matérias-primas, o que diminui a dependência dos segmentos a montante e a jusante das cadeias produtivas (PREZOTTO, 2002; WESZ JÚNIOR, 2010).

Assumindo-se os elementos que integram a revisão de literatura apresentada, a próxima seção dedica-se a apresentar os aspectos metodológicos adotados para responder aos objetivos da pesquisa.

METODOLOGIA

O estudo fundamenta-se nos elementos que definem a agroindústria familiar rural, valendo-se de pesquisa bibliográfica que contempla os principais autores da temática, a qual revelou os aspectos centrais que oportunizam e desafiam as agroindústrias familiares.

Dessa forma, foi possível identificar variáveis das agroindústrias familiares capazes de demonstrar sua representatividade e dinâmica, notadamente a variação da quantidade de estabelecimentos agropecuários nos últimos censos agropecuários, principais produtos beneficiados e processados, quantidade produzida, renda gerada e orientação técnica obtida, de forma a revelar o perfil da agroindústria rural no Brasil.

Para tanto, foram coletados os dados do Censo Agropecuário 2017 no banco de tabelas estatística do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021). Os dados foram agrupados considerando o recorte de público-alvo da agricultura familiar e agricultura não familiar.

Foram extraídos os dados das tabelas SIDRA 6960 e 6906 do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2021), os quais permitiram sintetizar as principais informações demonstradas neste estudo. Outra fonte de dados utilizada foram os dados da Matriz de Dados do Crédito Rural (MDCR), disponibilizados no portal do Banco Central do Brasil (BCB, 2021). Com a exportação dos dados do Pronaf Agroindústria, inclusive das informações do subprograma Pronaf Agroindústria (Investimento), mostrou-se possível sintetizar as informações por estado, considerando a atividade (agrícola e pecuária) e finalidade (custeio e investimentos) e os valores contratados, de modo a revelar o percentual de aplicação dos recursos liberados do Pronaf Agroindústria entre janeiro/2013 e setembro/2021 por unidade de federação.

Os dados foram analisados e tratados no software Excel para fins de somatório, agregação, aplicação de percentuais, ranqueamento das informações e na elaboração de quadros e figuras, de forma a sintetizar e pôr em evidência as informações coletadas. Para agregar experiência na visualização da distribuição territorial dos valores liberados do Pronaf

Agroindústria, utilizou-se o software R na plotagem do gráfico, valendo-se dos pacotes ggplot2 e RColorBrewer.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considera-se produção da agroindústria rural os produtos que foram beneficiados ou transformados em instalações próprias, comunitárias ou de terceiros mediante matéria-prima que tenha sido produzida no próprio estabelecimento ou adquiridos de outros produtores, desde que a destinação final do produto tenha sido direcionada pelo produtor (IBGE, 2021).

Além disso, o IBGE utiliza como embasamento legal para o recorte do público-alvo da agricultura familiar a Lei n. 11.326, de 24.07.2006, regulamentada pelo Decreto n. 9.064, de 31.05.2017, cujos dispositivos regulamentares estabelecerem, entre outras finalidades, a Unidade Familiar de Produção Agrária, o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2006). Adicionalmente, a equipe técnica do IBGE desenvolveu algoritmo para delimitação da agricultura familiar no âmbito do Censo Agropecuário 2017, valendo-se do arcabouço legal do Pronaf (DEL GROSSI, 2019).

Os estabelecimentos rurais com agroindústria rural representam 16,8% do total de estabelecimentos, ao passo que os estabelecimentos rurais da agricultura familiar que processam alimentos correspondem a 18,5% do total de estabelecimentos agropecuários familiares no Brasil (IBGE, 2021), o que remete ao fato de que há um grande potencial de estabelecimento, onde ainda não há processamento ou beneficiamento de sua produção, conforme Tabela 1.

Tabela 1: Número de estabelecimentos agropecuários com agroindústria rural em 2017

Público-alvo	Estabelecimentos rurais com agroindústria rural	Total de estabelecimentos rurais	% (Estab. com agroindústria rural/Total estab.)
Agricultura familiar	720.664	3.897.408	18,5
Agricultura não familiar	131.995	1.175.916	11,2
Total	852.639	5.073.324	16,8%

Fonte: Elaborado pelos autores, com dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2021).

Outro aspecto que merece ser ressaltado, diz respeito ao percentual de estabelecimentos rurais com agroindústria rural, que se manteve estável quando comparado às informações dos últimos Censo Agropecuários de 2006 e 2017, situando-se em cerca de 17% do total de estabelecimentos rurais, o que reforça a necessidade de programas governamentais de incentivos às agroindústrias rurais no Brasil (WAQUIL et al., 2013; IBGE, 2021; PASSINI, 2020).

Ao detalhar os dados por unidade de federação, revela-se que os estados do Rio Grande do Sul, Maranhão, Minas Gerais, Bahia e Pará ocupam as cinco primeiras colocações em número de estabelecimentos agropecuários com agroindústria rural no Brasil, totalizando 520.815 de estabelecimentos (IBGE, 2021), conforme demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2: Número de estabelecimentos agropecuários com agroindústria rural por unidade da federação

Estado	Agricultura não familiar	Agricultura familiar	Total	Ranking
Rio Grande do Sul	18.768	121.694	140.462	1
Maranhão	10.713	91.662	102.375	2
Minas Gerais	20.972	72.353	93.325	3
Bahia	15.604	77.136	92.740	4
Pará	8.499	83.414	91.913	5
Amazonas	5.326	50.266	55.592	6
Ceará	9.319	35.251	44.570	7
Santa Catarina	5.458	32.828	38.286	8
Piauí	6.352	31.132	37.484	9
Paraná	5.010	19.802	24.812	10
Goiás	4.595	13.012	17.607	11
Acre	1.475	13.356	14.831	12
Tocantins	2.558	9.560	12.118	13
Paraíba	2.250	8.973	11.223	14
Alagoas	1.252	8.904	10.156	15
Pernambuco	1.338	8.193	9.531	16
Mato Grosso	2.000	6.088	8.088	17
São Paulo	2.167	5.603	7.770	18
Roraima	1.003	6.158	7.161	19
Sergipe	1.434	5.383	6.817	20
Amapá	732	4.471	5.203	21
Mato Grosso do Sul	1.379	3.742	5.121	22
Espírito Santo	1.180	3.749	4.929	23
Rio Grande do Norte	728	2.778	3.506	24
Rio de Janeiro	1.082	2.336	3.418	25
Rondônia	429	2.430	2.859	26
Distrito Federal	372	370	742	27
Total	131.995	720.664	852.639	

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2021).

Como evidenciam os dados apresentados na Tabela 2, os estabelecimentos agroindustriais da agricultura familiar desempenham papel preponderante. Conforme dados do Censo Agropecuário de 2017, o valor da venda dos produtos atingiu R\$ 4,07 bilhões, com destaque para a produção de queijo e requeijão (R\$ 1,6 bilhão) e da farinha de mandioca (R\$ 1,1 bilhão), que juntas representam cerca de 67,7% do valor total da venda da agricultura familiar, conforme visualizado na Tabela 3. Os dados reforçam que as agroindústrias familiares processam e beneficiam predominantemente alimentos e produtos vinculados à gastronomia e culinárias regionais.

Quanto aos canais de comercialização dos produtos, sublinha-se que a venda direta na propriedade, feiras livres locais e regionais, agroindústrias, cooperativas, intermediários, atacado, varejista, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) despontam como os principais meios utilizados pelos agricultores familiares para venda da produção (PREZOTTO, 2016).

Cabe destacar que a comercialização dos produtos das agroindústrias rurais possui perspectivas favoráveis no que tange à demanda da população, notadamente se for considerada a busca por estilos de vida mais saudável e a preocupação com o meio ambiente (WAQUIL et al., 2013; DA SILVA; GAZOLLA, 2021).

Tabela 3: Quantidade produzida e valor da venda dos produtos da agroindústria familiar brasileira.

Produtos	Qtd produzida	Valor da Venda (R\$ mil)	% Total
Queijo e requeijão (Toneladas)	149.711	1.629.319,00	39,96%
Farinha de mandioca (Toneladas)	591.132	1.130.177,00	27,72%
Carvão vegetal (Toneladas)	538.757	289.393,00	7,10%
Outros produtos (Toneladas)	89.786	135.442,00	3,32%
Aguardente de cana (Mil litros)	33.342	114.960,00	2,82%
Carne de bovinos (verde) (Toneladas)	36.317	98.787,00	2,42%
Polpa de frutas (Toneladas)	18.048	94.587,00	2,32%
Goma ou tapioca (Toneladas)	25.400	64.275,00	1,58%
Doces e geleias (Toneladas)	9.036	62.607,00	1,54%
Pães, bolos e biscoitos (Toneladas)	20.980	60.673,00	1,49%
Continua (...)			

Continuação			
Rapadura (Toneladas)	16.668	57.427,00	1,41%
Carne de outros animais(verde) (Toneladas)	15.156	54.712,00	1,34%
Carne de suínos(verde) (Toneladas)	27.954	48.882,00	1,20%
Vinho de uva (Mil litros)	14.305	34.297,00	0,84%
Embutidos (linguiças, salsichas, etc.) (Toneladas)	4.958	31.952,00	0,78%
Melado (Mil litros)	8.276	25.588,00	0,63%
Sucos de frutas (Mil litros)	12.472	23.986,00	0,59%
Produtos de madeira (Mil metros cúbicos)	1.693	19.283,00	0,47%
Fumo em rolo ou corda (Toneladas)	5.748	18.555,00	0,46%
Legumes e verduras (processadas) (Toneladas)	5.597	13.617,00	0,33%
Café torrado e moído (Toneladas)	1.788	12.485,00	0,31%
Arroz em grão (Toneladas)	23.447	11.779,00	0,29%
Café torrado em grão (Toneladas)	2.689	10.992,00	0,27%
Óleos vegetais (Mil litros)	2.723	10.935,00	0,27%
Manteiga (Toneladas)	709	5.763,00	0,14%
Fubá de milho (Toneladas)	7.453	5.057,00	0,12%
Carne tratada (de sol, salgada) (Toneladas)	275	2.766,00	0,07%
Cajuína (Mil litros)	765	2.716,00	0,07%
Algodão em pluma (Toneladas)	449	2.165,00	0,05%
Couros e peles (Toneladas)	1.067	1.584,00	0,04%
Creme de leite (Toneladas)	308	1.400,00	0,03%
Licores (Mil litros)	1.856	1.362,00	0,03%
Caroço de algodão (Toneladas)	20	17,00	0,00%
Total		4.077.540,00	

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2021).

Sob a luz de orientação de assistência técnica, os dados revelam informações preocupantes, na medida em que 82% dos estabelecimentos com agroindústrias familiares não obtiveram orientação técnica (3.189.090), conforme visualizado na Tabela 4. A ausência de assistência técnica não coaduna com o defendido por Prezotto (2002), notadamente quanto à necessidade de assistência técnica em todas as etapas da cadeia produtiva

para a melhoria da gestão do empreendimento e sobrevivência das agroindústrias familiares.

Tabela 4: Número de estabelecimentos agropecuários que receberam orientação técnica

Público-alvo	Receberam orientação técnica	Sem orientação técnica	Total	% (Estab. sem orientação técnica/Total estab.)
Agricultura familiar	708.318	3.189.090	3.897.408	82%
Agricultura não familiar	317.125	858.791	1.175.916	73%
Total	1.025.443	4.047.881	5.073.324	

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2021).

Ao detalhar a origem da assistência técnica recebida pelas agroindústrias familiares, as três principais formas de obtenção são: governos (federal, estadual e municipal), própria ou do próprio produtor e por meio de cooperativas, respectivamente (IBGE, 2021).

A fragilidade quanto à ausência da assistência técnica foi corroborada no estudo de Da Silva e Gazolla (2021), levando em consideração o contexto político atual do país, em que há declarado processo de enfraquecimento das políticas públicas para os agricultores familiares, incluindo a Política de Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), como destacam estudos como, por exemplo, os de Perin (2022) e de Diniz e Hespanhol (2018).

Conforme preconizado por Prezotto (2002), a sobrevivência das agroindústrias familiares perpassa pela necessidade do apoio de programas governamentais, de forma a impulsionar a assistência técnica e melhorar a gestão do empreendimento. Para Wilkinson (1999), em convergência com o pensamento de Prezotto (2002), há um processo de reconversão na produção familiar, ancorado pelos agricultores mais capacitados, no sentido de produzirem produtos mais sustentáveis, de maior qualidade e valor agregado.

PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E O ACESSO AO CRÉDITO PELAS AGROINDÚSTRIAS

O Governo Federal tem buscado promover o desenvolvimento rural sustentável por meio da implementação de políticas públicas em prol do fortalecimento das agroindústrias familiares. Para Wilkinson (1999), há necessidade de criação de mecanismos organizacionais e de programas governamentais para apoiar produção familiar, a exemplo dos fundos de

aval. Em que pese essas iniciativas serem questionadas por serem altamente subsidiadas, o autor defende o apoio governamental diante do quadro de marginalização dos produtores, desde que os próprios produtores sejam capazes de conduzirem suas atividades ao final da intervenção de maneira perene e sustentável.

Dentre os programas lançados para apoiar as agroindústrias familiares, destaca-se o Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar, lançado em 2003, com o objetivo de apoiar a inclusão dos agricultores familiares no processo de agroindustrialização e comercialização da sua produção, de forma a gerar valor e renda, além de oportunizar trabalho no meio rural (WESZ JUNIOR, 2012). Conforme Silva (2012), o Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar foi estruturado em cinco principais linhas de atuação (Figura 1).

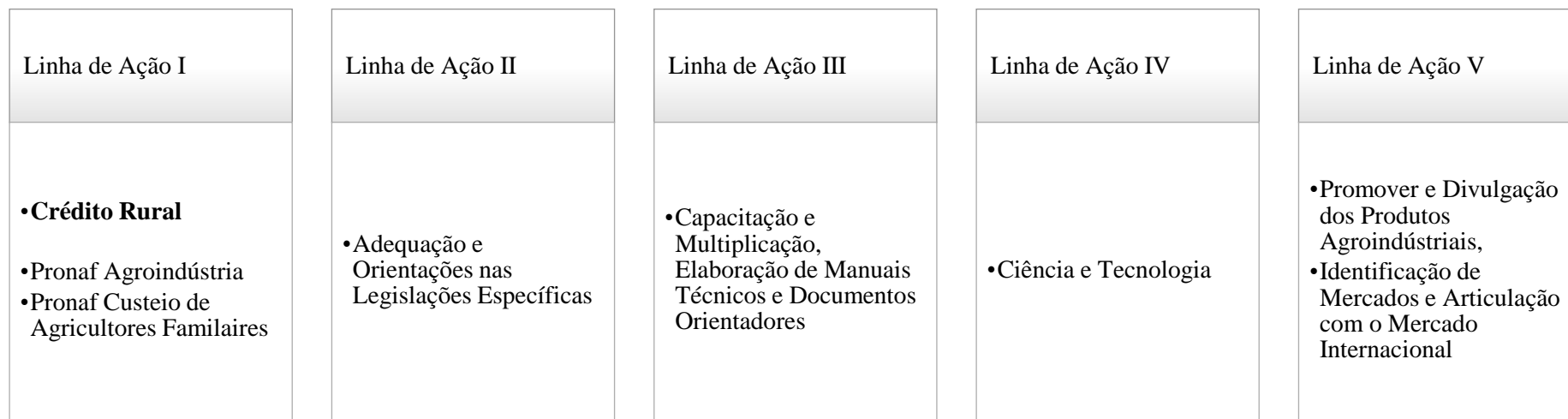
De acordo com Wesz Júnior (2012), o entendimento do poder público, das organizações e da academia quanto à importância da agroindustrialização como mecanismo viável para permitir autonomia e gerar renda aos agricultores familiares colaborou para fortalecer a agenda política do Governo Lula em prol da elaboração do Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar. Ainda segundo o autor, foram observadas fragilidades na estruturação e no desempenho do Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar, com destaque para a geração de resultados concentrados na região Sul do país e atuação tímida nas regiões Norte e Nordeste, influenciado, entre outros fatores, pelo enfraquecimento da assistência técnica, carência de políticas estaduais, baixa mobilização dos atores e a falta de engajamento de grande parte dos municípios em implementar atividades diferenciadas para o meio rural.

Em que pese a concentração do programa na região Sul do país, é importante reverberar que o Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar, que vigorou até meados de 2010, desempenhou importante papel no desenvolvimento rural brasileiro por meio do apoio a novas estratégias de reprodução dos agricultores e pela agregação de valor, ao mesmo tempo que revela a necessidade de buscar alternativas de ampliação para as demais regiões do país (WESZ JÚNIOR, 2012).

Outro instrumento de apoio as agroindústrias familiares no âmbito do Pronaf, o qual integrou as linhas de atuação do Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar, é o Pronaf Agroindústria, que têm por objetivo prover recursos para atividades que agreguem renda a produção e aos serviços desenvolvidos pelos beneficiários do Pronaf.

O Pronaf Agroindústria financia projetos de investimentos ou aquisição isolada de bens ou serviços, inclusive em infraestrutura, que visem ao beneficiamento, armazenagem, processamento e comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural (BNDES, 2021).

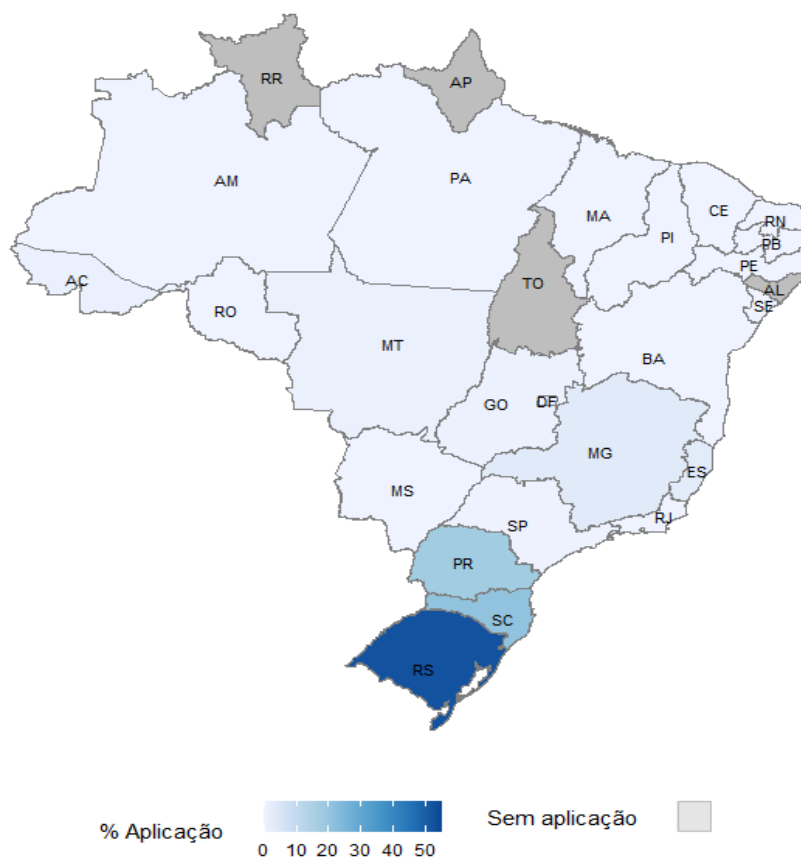
Figura 1: Linhas de ação do Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar



Fonte: Silva (2012).

Segundo dados da Matriz de Dados do Crédito Rural (BCB, 2021), no período de janeiro/2013 a setembro/2021, os valores contratados do Pronaf Agroindústria concentraram-se na região Sul do Brasil, ao atingir cerca de 90,3% do total emprestado (R\$ 7,03 bilhões), sendo 52,3% no Rio Grande do Sul, 20,7% em Santa Catarina e 17,3% no Paraná, considerando as modalidades de custeio, investimento e comercialização, conforme visualizado na Figura 2, a qual mostra a distribuição percentual de aplicação dos recursos no território brasileiro.

Figura 2: Percentual de aplicação das contratações do Pronaf Agroindústria no período de janeiro/2013 a setembro/2021 por Unidade Federativa.



Fonte: Elaborado pelos autores com dados do BCB (2021).

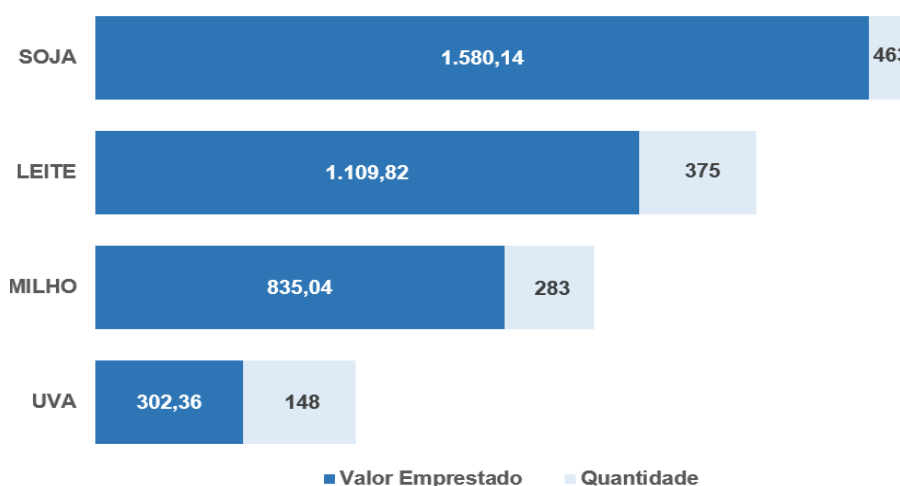
Outro ponto que chama atenção é que a maioria dos estados brasileiros não chegaram a aplicar sequer 1% do valor total do programa para o período analisado, o que totaliza 20 estados brasileiros, inclusive com unidades da federação que não apresentaram valores desembolsados, a exemplo de Roraima, Amapá, Tocantins e Alagoas.

Sublinha-se que a concentração de aplicação dos recursos nas regiões Sul e Sudeste é observada no âmbito dos recursos totais do Pronaf, conforme demonstrou estudo de Grisa e Schneider (2015), na medida que são privilegiadas as unidades familiares com melhores condições socioeconômicas e produtos competitivos controlados por poucas empresas

do sistema agroindustrial. Ao mesmo tempo, observa-se concentração na utilização dos recursos do Pronaf nas unidades da federação localizadas em outras regiões, conforme demonstrado no estudo de Corcioli (2019), que apontou que há privilégios na aplicação dos recursos totais do Pronaf nos estabelecimentos rurais mais capitalizados e estruturados no estado de Goiás.

Ao detalhar por produto, observa-se que os cinco principais produtos financiados pelo Pronaf Agroindústria, no período de janeiro/2013 a setembro/2021, foram soja, leite, milho e uva (BCB, 2021), considerando os valores emprestados e a quantidade de contratos, respectivamente (Figura 3).

Figura 3: Principais produtos financiados pelo Pronaf Agroindústria no período de janeiro/2013 a setembro/2021 por valores contratados (R\$ milhões) e quantidade de contratos



Fonte: Elaboradores pelos autores com base nos dados do BCB (2021).

Isto exposto, as evidências apresentadas encontram-se em consonância com o cenário apontado por Wesz Junior (2010), em estudo que avaliou o Pronaf Agroindústria nos primeiros anos de funcionamento do Programa (2003 a 2006). Notadamente, como mesmo autor já havia destacado, os recursos do programa permanecem apoiando de forma significativa às grandes agroindústrias localizadas no Sul do País, cujas cadeias produtivas estão consolidadas com longa trajetória de apoio governamental.

Ao mesmo tempo, sublinha-se a atuação das cooperativas agroindustriais na medida em que oportuniza aos pequenos e médios produtores participarem de mercados comerciais de larga escala, atenuando-se as dificuldades de comercialização das agroindústrias familiares (CARVALHEIRO; WAQUIL, 2010), o que implica melhoria da eficiência produtiva e elevação da competitividade (VEDANA et al. 2022), sopesando o fato de que grande parte dos produtores associados às cooperativas são agricultores familiares (COSTA, VIZCAINO E COSTA, 2020).

Outro ponto a favor dos vínculos dos agricultores familiares via cooperativa reside no fato de que os produtores que participam de cooperativas ou outras formas de associação têm percentual um pouco mais elevado de acesso ao crédito e experimentam incremento na eficiência técnica produtiva, notadamente nas cooperativas localizadas em municípios com maiores taxas de produtores beneficiados pelo crédito (COSTA; VIZCAINO; COSTA, 2020; SILVA; NUNES, 2022).

Diante do cenário de concentração da aplicação dos recursos do Pronaf Agroindústria pelas grandes agroindústrias no Sul do Brasil, é relevante destacar que o Sul experimenta modelo de cooperativismo produtivista por meio da integração com os cooperados, o que implica maior capacidade de acessar financiamentos, ampliação de investimentos e fornecimento de orientação técnica, diferentemente da dinâmica de produção cooperativista de pequena escala observada no Norte e Nordeste com a necessidade de fortes incentivos governamentais por meio de programas de crédito e ações de capacitação e educação dos cooperados quanto aos princípios coletivos (VEDANA et al. 2022).

CONCLUSÕES

Neste artigo, que teve entre seus objetivos apresentar os principais elementos que caracterizam a agroindústria rural nos estabelecimentos agropecuários brasileiros ressalta-se que, no que se refere ao conceito de agroindústria rural, constatam-se as limitações quanto à definição metodológica definida pelo IBGE, para fins do Censo Agropecuário 2017. O conceito da produção da agroindústria rural não se mostra capaz de abranger todos os elementos conceituais abordados pelo marco teórico, limitando-se a dar ênfase na destinação do produto final, não trazendo aspectos relevantes, a exemplo da diferenciação de produtos.

Outro aspecto relevante diz respeito ao percentual de estabelecimentos de agricultores familiares com agroindústria rural, que manteve-se estável em comparação com os últimos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, situando-se em cerca de 17% do total de estabelecimentos rurais, o que remete a necessidade de programas governamentais de apoio às agroindústrias, ao mesmo em que revela que há uma grande margem de produtores que não processam ou beneficiam sua produção, sugerindo amplo potencial de expansão das agroindústrias no Brasil.

O artigo também evidenciou a importância da produção de queijo e requeijão e da farinha de mandioca para os estabelecimentos agroindustriais familiares, atividades que juntas representam cerca de 67,7% do valor total de venda da agricultura familiar.

Além disso, os resultados da pesquisa trazem informações preocupantes ao revelar que 82% dos estabelecimentos com agroindústrias familiares (3.189.090 estabelecimentos) não obtiveram orientação técnica, sopesando o papel fundamental da assistência técnica em prol da capacitação dos agricultores familiares e seu potencial de impactar positivamente os

produtos produzidos e comercializados pelas agroindústrias sob a perspectiva econômica, ambiental e social.

No que concerne ao Pronaf Agroindústria, demonstra-se a concentração dos valores contratados na região Sul do Brasil ao atingir cerca de 90,3% do total emprestado (R\$ 7,03 bilhões), destacando-se os estados do Rio Grande do Sul (52,3%), Santa Catarina (20,7%) e Paraná (17,3%), respectivamente, com os maiores percentuais de contratações.

Os resultados da pesquisa reforçam que os recursos do programa permanecem apoiando de forma contundente as grandes cooperativas localizadas no Sul do país, em que pese a atuação do cooperativismo produtivista na integração dos cooperados familiares, na medida em que facilita o acesso aos financiamentos rurais. Em contrapartida, os agricultores familiares que atuam isoladamente possuem maiores dificuldades no acesso ao crédito diante das exigências requeridas pelos agentes financeiros, a exemplo da apresentação de garantias e renda suficiente para o estabelecimento do limite de crédito.

Em que pese o estudo trazer luz sobre os entraves enfrentados pelas agroindústrias familiares, mostra-se oportuno registrar as limitações desta pesquisa quanto às análises de dados agregados, o que reforça a indicação de se ampliar pesquisas abrangendo microdados ou uso de outras bases de dados que possam ser combinadas com as informações disponíveis, o que poderia ampliar as análises em relação ao perfil das agroindústrias rurais no Brasil.

Assim, ainda que este estudo não teve a pretensão de esgotar o assunto, os dados e discussões apresentados evidenciam a necessidade de aprofundar estudos sobre as agroindústrias familiares, com a finalidade de buscar alternativas para aprimoramento das políticas governamentais em prol do apoio e expansão das agroindústrias, a exemplo de mecanismos que auxiliem na ampliação do fornecimento de orientação técnica por meio de organizações associativas públicas ou privadas, bem como instrumentos que facilitem o acesso ao crédito rural, como a criação de fundos garantidores, entre outros. Mecanismos como esses podem, potencialmente, contribuir para atenuar a concentração da aplicação dos recursos na região Sul do país, de forma a democratizar a aplicação dos recursos governamentais para outras regiões menos favorecidas no país, a exemplo das regiões Norte e Nordeste.

REFERÊNCIAS

ADMASIE, A.; BERHANU, K.; ADMASIE, A. Employment Creation in Agriculture and Agro-industries in the Context of Political Economy and Settlements Analysis. **Partnership for African Social and Governance Research Working Paper**, n. 016, Nairobi, Kenya, 2016.

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. Matriz de Dados do Crédito Rural. **Matriz de Crédito Rural – Contratações**. 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural/>. Acesso em: 25 out. 2021.

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Pronaf Agroindústria**. 2021. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-agroindustria>. Acesso em: 23 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Brasília, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 30 out. 2021.

CARVALHEIRO, E. M.; WAQUIL, P. D. **A construção social de mercados para os produtos da agroindústria familiar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural –Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Porto Alegre, 2010, 214 f.

CEPEA - CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **PIB do agronegócio alcança participação de 26,6% no PIB brasileiro em 2020**. 2021a. Disponível em: https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea_CNA_relatorio_2020.pdf. Acesso em: 11 jun. 2021.

_____. **Export/CEPA: Volume e faturamento com exportações do agro em 2020 são recordes**. 2021b. Disponível em: <https://cepea.esalq.usp.br/br/releases/export-cepea-volume-e-faturamento-com-exportacoes-do-agro-em-2020-sao-records.aspx>. Acesso em: 11 jun. 2021.

CORCIOLI, G. **Evolução do Pronaf no estado de Goiás: tendência de concentração de investimentos em atividades pecuárias tradicionais**. Boletim Goiano de Geografia, 39, 1-21, 2019. <https://doi.org/10.5216/bgg.v39i0.56141>. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/56141>. Acesso em: 13 jun. 2021.

COSTA, R. A.; VIZCAINO, C. A. C.; COSTA, E. M. Participação em cooperativas e eficiência técnica entre agricultores familiares no Brasil. In: VIEIRA FILHO, J. E.; GASQUES, J. G. (Org.). Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos do censo agropecuário. Brasília: Ipea; IBGE, 2020. p. 245-155.

CRUZ, F. T da. Agricultura familiar, processamento de alimentos e avanços e retrocessos na regulamentação de alimentos tradicionais e artesanais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, 2020.

DA SILVA, A.; GAZOLLA, M. Agroindústrias rurais e o desenvolvimento regional: uma análise comparativa entre os estados da Região Sul do Brasil. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 4, out/dez, p. 231-255, 2021.

DEL GROSSI, M. E. **Algoritmo para delimitação da agricultura familiar no censo agropecuário 2017, visando à inclusão de variável no banco de dados do censo, disponível para ampla consulta**. Brasília: FAO/MAPA, 2019. Disponível em:

https://ftp.ibge.gov.br/Censo_Agropecuario/Censo_Agropecuario_2017/Resultados_Definitivos/agricultura_familiar/Metodologia_Agricultura_Familiar_e_PRONAF_Censo_Agropecuario_2017.pdf. Acesso em: 27 mar. 2022.

DINIZ, R. F.; HESPANHOL, A. N. Reestruturação, reorientação e renovação do serviço extensionista no Brasil: a (difícil) implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). *Extensão Rural*, Santa Maria, v.25, n.2, p. 7-30, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/33174>. Acessado em: 27 mar. 2022.

FANTINELLI, D. G. **O papel da mulher no contexto das agroindústrias rurais e do artesanato de Faxinal do Soturno/RS-Brasil: trabalho, renda e autonomia**. 2021. 182 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

GAZOLLA, Marcio. Redefinindo as agroindústrias no Brasil: uma conceituação baseada em suas condições alargadas de reprodução social. *Revista IDEAS (Online)*, v. 7, p. 62-95, 2013. Disponível em: <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/109>. Acesso em: 15 de set. 2021.

GOODMAN, D., SORJ, B.; WILKINSON, J. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre agricultura brasileira. 1985.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar

e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.) **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p. 19-50. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232410/000975223.pdf?sequence=1>. Acesso em: 11 jan. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017: Resultados Definitivos**. 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017/resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 11 out. 2021.

LOWDER, S. K.; SÁNCHEZ, M.V.; BERTINI, R. Which farms feed the world and has farmland become more concentrated?. *World Development*, v. 142, p. 105455, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X2100067X>. Acesso em: 12 de set. 2021.

MIOR, Luiz C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

OUMA, S. Global standards, local realities: private agrifood governance and the restructuring of the Kenyan horticulture industry. *Economic Geography*, 86(2), pp. 197-222, 2010.

OUMA, S.; WHITFIELD, L. The Making and Remaking of Agro-Industries in Africa. **Journal of Development Studies**, v. 48, n. 3, p. 301–307, mar. 2012.

PASSINI, J. J. **Agroindústria familiar, desenvolvimento rural e sustentabilidade**. 2020. 149 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2020.

PERIN, G. O Desmonte das políticas públicas para a agricultura familiar e a nova agenda governamental. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 15, n. 2, p. 33-55, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/9075>. Acesso em: 27 de mar. 2022

PREZOTTO, L. L. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **Revista de ciências humanas**, n. 31, p. 133-153, 2002.

PREZZOTO, L. L. **Agroindústria da agricultura familiar: regularização e acesso ao mercado**. Brasília: CONTAG, 2016. 60 p.

QUADROS, C. DE. **A participação dos jovens nas agroindústrias familiares do litoral sul catarinense e as implicações no processo sucessório**. 2012. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SILVA, L. A. G. C. Agroindustrialização na agricultura familiar. **Nota técnica. Câmara dos Deputados**. Brasília, 2012.

SILVA, R. M. A.; NUNES, E. M. Agricultura familiar e cooperativismo no Brasil: uma caracterização a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, 2022.

VEDANA, R. et al. O Cooperativismo na dinâmica econômica e social da agropecuária brasileira. In: IPEA. **Agricultura e diversidades: trajetórias, desafios regionais e políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro, 2022. Cap. 11, p. 375-400.

WAQUIL, P. D.; GAZOLLA, M.; NIEDERLE, P.; BLUME, R., BASTIAN, L.; SANTOS, F. D.; CONCHA, M. **O perfil da agroindústria rural no Brasil: uma análise com base nos dados do Censo Agropecuário 2006**. Relatório de Pesquisa. Brasília: IPEA, 2013. 86p.

WESZ JUNIOR, V. J. Políticas Públicas de Agroindustrialização na Agricultura Familiar: uma análise do Pronaf-Agroindústria. **Revista de Economia e Sociologia Rural** (impresso), v. 48, p. 567-596, 2010.

WESZ JUNIOR, V. J. O programa de agroindustrialização da agricultura familiar no Brasil: elaboração, implementação e resultados alcançados. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 3, 2012.

WILKINSON, J. Cadeias produtivas para agricultura familiar. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 1, n. 1, 1999.

WILKINSON, J. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema alimentar na América Latina”, **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.21, 2003.